

O presente CERTIFICADO, emitido no âmbito de competência do GRAPROHAB, não implica no reconhecimento de propriedade do terreno, nem exime o interessado de outros ALVARÁS, LICENÇAS ou CERTIDÕES exigidas pela LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL ou MUNICIPAL não previstos no Decreto 33.499/91, e somente terá validade se acompanhado de uma via do projeto com 03 folhas, do Memorial Descritivo do Empreendimento em 23 folhas e atendidas as exigências técnicas a seguir especificadas:

(SAÚDE) - A dispensa de análise por parte da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, se dá por força do Decreto Estadual 41913 de 02/07/97, ficando o município responsável pela observância à Lei 6766/79 e às Normas Sanitárias vigentes, de acordo com as competências e atribuições estabelecidas para o Sistema Único de Saúde (SUS).

(PGE) - O interessado deverá submeter toda a documentação pessoal e relativa à propriedade do imóvel, pertinente ao projeto apresentado ao GRAPROHAB, para análise definitiva pelo Cartório de Registro de Imóveis, por ocasião do oportuno registro cartorário.

(SE) - O lote 1 da Quadra "D1" só poderá ser comercializado, após a total eliminação das interferências decorrentes da linha de transmissão (Liberação da servidão de passagem com a remoção e regularização do traçado da Linha de Transmissão), conforme determinado pela CPFL em sua Carta nº 039/DET de 19/10/2005 - fl. 368 do Processo SH nº 144/02/2004. A presente anuência, emitida pela Secretaria Estadual da Habitação, aos projetos de parcelamento do solo, drenagem e terraplenagem, fundamenta-se nos quesitos fixados pela Lei Federal nº 6766/79 e suas alterações posteriores, sendo de competência exclusiva da Secretaria de Estado do Meio Ambiente a análise e anuência dos aspectos ambientais decorrentes dos projetos anteriormente mencionados. Quando da implantação do empreendimento em questão, deverão ser observadas as recomendações constantes do "Laudo Técnico - Avaliação Geológica - Geotécnica" assinado Engenheiro Civil Eduardo Viana Silveira Franco - CREA 0600519684 - fls. 25 a 30 do Processo SH 144/02/2004.

(SMA) - Firmar no DEPRN, TCRA - Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental para implantação dos Projetos de Reflorestamento Ciliar e de Arborização dos Passeios Públicos. Firmar no DEPRN, TRPAVL - Termo de Responsabilidade de Preservação de Área Verde para Loteamento. Solicitar no DEPRN, autorização para intervenção em APP - Área de Preservação Permanente, para construção das transposições sobre cursos d'água pelas Ruas 03 e 11, para implantação do sistema de drenagem de águas pluviais e de coletores de esgoto. Solicitar no DEPRN, autorização para corte de árvores nativas isoladas, se necessário. Apresentar ao DEPRN o programa de monitoramento do corpo d'água com identificação dos pontos de amostragem, parâmetros a serem monitorados, frequências das coletas, etc. Solicitar, caso necessário, junto ao DEPRN eventuais autorizações pertinentes ao uso de área de empréstimo. Apresentar ao DEPRN, a outorga do DAEE para as interferências em recursos hídrico, referente às travessias 1 e 2, apresentadas no Projeto Urbanístico. Parecer emitido conforme Licença Ambiental Prévia nº 876 de 21/09/2005.

(CETESB) - O proprietário do empreendimento deverá implantar as redes internas de abastecimento de água, de coleta de esgotos e Estação Elevatória, bem como providenciar suas interligações aos sistemas públicos existentes, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela SANASA. As referidas redes e interligações deverão estar em condições de operação por ocasião do início da ocupação dos lotes. A rede de esgotos do loteamento deverá ser interligada à EEE Estação Elevatória de Esgoto, conforme projetos aprovados pela SANASA, a ser construída em área destinada à implantação de equipamento público (Área Institucional 6) que irá direcionar os esgotos à ETE - Arboreto dos Jequitibás. A ocupação dos lotes somente poderá ocorrer após a conclusão da ampliação da Estação de Tratamento de Esgotos - Arboreto dos Jequitibás, a ser implantada pela SANASA. Fica estabelecido, que se quando da ocupação efetiva dos lotes, a ampliação da Estação de Tratamento de Esgotos - Arboreto dos Jequitibás da SANASA, não estiver em condições de operação, o lançamento dos esgotos somente poderá ocorrer se for implantado pelo proprietário do empreendimento um sistema de tratamento de esgoto isolado, que deverá ser previamente aprovado pela CETESB. Os resíduos sólidos gerados no empreendimento deverão ser adequadamente dispostos a fim de evitar problemas de poluição ambiental. Nos locais onde a declividade do terreno for igual ou superior a 30%, deverá ser atendido o disposto no Artigo 3º, inciso III da Lei Federal nº 6766/79. O proprietário do empreendimento deverá implantar dispositivo de controle de emissão de substâncias odoríferas na Estação Elevatória de Esgotos. Deverão ser implantados dispositivos de drenagem de águas pluviais de forma a garantir o adequado escoamento das mesmas de acordo com projeto a ser aprovado pela Prefeitura Municipal. A Estação Elevatória de Esgotos deverá ser provida de 02 (dois) conjuntos moto-bomba e gerador de energia para operação quando da interrupção de fornecimento de energia com comutação automática entre os dispositivos de fornecimento de energia e com capacidade de geração para um tempo mínimo de 02 (duas) horas. A análise e aprovação no âmbito da CETESB refere-se à Licença Prévia e à Licença de Instalação. O presente empreendimento deverá ter suas obras de implantação iniciadas em um prazo máximo de 02 (dois) anos, contados a partir da data de emissão do presente Certificado, sob pena de caducidade da aprovação concedida, conforme disposto no Parágrafo 1º do Artigo 70, do Regulamento da Lei Estadual nº 997/76, aprovado pelo Decreto Estadual nº 8468/76, alterado pelo Decreto Estadual nº 47397/2002. Depois da implantação da infra-estrutura e antes da ocupação do empreendimento, o interessado deverá requerer a Licença de Operação à CETESB, conforme disposto no Artigo 62 do Regulamento da Lei Estadual nº 997/76, aprovado pelo Decreto Estadual nº 8468/76, alterado pelo Decreto Estadual nº 47397/2002.

NADA MAIS.

São Paulo, 22 de novembro de 2005.



- Este Certificado somente terá validade sem rasuras, colagens ou inscrições